

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA FOME ZERO EM SÃO JOSÉ
SANTA CATARINA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 14/08/06


Rosana Maria Galo
Depto de Serviço Social / CSE

TATIANA FARIAS

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO 2006.

TATIANA FARIAS

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA FOME ZERO EM SÃO JOSÉ
SANTA CATARINA**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento
De Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
Para obtenção do título de Assistente Social
Orientadora: Maria Teresa dos Santos**

FLORIANOPOLIS, SC, AGOSTO DE 2006.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Maria Teresa dos Santos

1ª Examinadora: Ana Maria Cartaxo

2ª Examinadora: Márcia Ferrari

Dedico este trabalho a minha família, amigos, meu namorado Fábio
que muito me apoiou nas minhas escolhas e sempre
esteve ao meu lado nos momentos mais
diversos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a minha família, por sempre estarem ao meu lado, me dando todo o incentivo, carinho e amor para concluir essa caminhada, sempre me dando forças para concluir, principalmente neste momento que é um momento de satisfação e orgulho.

A Deus por sempre guiar os meus passos.

A minha especial gratidão à prof^{ta}: Maria Teresa, pela sua paciência e dedicação para a conclusão deste trabalho.

Meu agradecimento em especial ao meu “irmão” Adenilson que sempre me deu forças pra continuar, com sua amizade muito sincera, com seu carinho especial.

As minhas amigas Márcia, Maria Izabel, Patrícia, Karise que me acompanharam durante este período que passamos na Universidade, onde dividimos diferentes sensações, sentimentos, expectativas e sempre me deram apoio para continuar nos momentos mais difíceis.

Ao meu namorado Fábio, por nunca ter me deixado desistir sempre me dando forças para continuar, por sempre me ajudar a superar os momentos mais difíceis, por todo o carinho no qual tem por mim.

Agradeço a todos que me acompanharam durante esta etapa em minha vida no qual estou concluindo.

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos a implantação do Programa Fome Zero de São José – SC no contexto da assessoria realizada pela organização na qual realizamos o estágio curricular obrigatório Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, vinculado do Departamento de Serviço Social - DSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O Estágio compreendeu o período de março a julho de 2004. Nesse âmbito relataremos a experiência vivida, bem como a abordagem de temas como a política social, pobreza, para que se possa analisar o Programa Fome Zero em todo o seu contexto desde a sua implementação como a implantação em âmbito municipal/federal. O Programa Fome Zero esta voltado a uma parte da população, pois um dos critérios é ter uma renda per capita de até R\$90,00 então os que recebem recursos são os que vivem numa condição de subsistência, mas não podemos definir a pobreza pela privação de bens, mercadorias é também uma categoria política que se traduz pela carência de direitos, possibilidades e esperanças conforme Yazbek. Não esquecendo de abordar uma das palavras chaves desse trabalho a Assistência Social, que é uma Política da Seguridade Social não contributiva que provê mínimo social, a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado. Quando começamos a avaliar o Programa Fome Zero de São José apontamos duas aproximações conclusivas, uma delas é que não podemos deixar de reconhecer a importância do Programa visto que existem famílias recebendo recursos, em contraponto não podemos esquecer que esse programa tem características minimalistas, pois o atendimento se restringe as famílias que possuem uma renda mensal de até R\$90,00 per capita, onde essa renda é insuficiente para a sobrevivência, já que um pequeno percentual da população é atendido, dentre os miseráveis.

Palavras-chaves: Assistência Social, Política Social e Programa Fome Zero.

LISTA DE SIGLAS

- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- COPO – Conselho Operativo do Programa Fome Zero.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DSS – Departamento de Serviço Social
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INSS – Instituto Nacional Seguridade Social
- IPEA – Instituto de Política Econômica Aplicada
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
- NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PP – Partido Progressista
- PRATO – Programa de Ação Todos pela Fome.
- PRN – Partido de Reconstrução Nacional
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SAL – Agentes de Segurança Alimentar.
- TALHER - Equipe de Capacitação para a Educação Cidadã.
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. A POBREZA E A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	11
1.1. Como é caracterizada a pobreza e como surgiu.....	11
1.2. Concepção de Política Social e Assistência Social no Brasil.....	13
CAPÍTULO 2. A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA FOME ZERO NO BRASIL E A SUA IMPLEMENTAÇÃO EM SÃO JOSÉ – SC	16
2.1. O surgimento do Programa Fome Zero.....	16
2.2 Breve histórico do Município de São José – Santa Catarina.....	21
2.3. Processo de implantação do Programa Fome Zero em São José – SC.....	23
CAPÍTULO 3. A EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO COMUNITARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA FOME ZERO EM SÃO JOSÉ, SOB PERSPECTIVA DA ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL	30
3.1. O processo de mobilização comunitária.....	30
3.1.1. Dados preliminares acerca do planejamento para implantação do Programa Fome Zero em São José – SC.....	30
3.1.2. O mapeamento das comunidades.....	33
3.1.3. Perspectiva de Geração de Emprego e Renda: a constituição de Cooperativa.....	34
3.2. Resultados do Levantamento Socioeconômico no Parque Esperança e Jardim Solimar.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS	47
Anexos A.....	48
Anexos B.....	51
Anexos C.....	57
Anexos D.....	59
Anexos E.....	61

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentaremos o Programa Fome Zero de São José – SC no contexto da assessoria realizada pela organização na qual realizamos o estágio curricular obrigatório Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, vinculado do Departamento de Serviço Social - DSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O Estágio compreendeu o período de março a julho de 2004, todas as terças-feiras havia reuniões no espaço cedido pela Faculdade Estácio de Sá em Barreiros – São José – SC, além das atividades realizadas na própria sede do NESSOP na universidade.

Realizar o trabalho sobre o Programa Fome Zero do município de São José, justifica-se:

- Pelo desvelar da banalização das desigualdades, da discriminação e segregação social que podem levar a uma efetiva apartação social, diante dos procedimentos de “triagem e seleção” acabam reproduzindo através dessas práticas, processos excludentes.

É importante tratarmos sobre o Programa Fome Zero devido à experiência/vivência numa realidade diferente da nossa, onde nesse trabalho acompanhamos a construção de uma cooperativa, proporcionando geração de trabalho e renda, curso de computação aos interessados conforme questão abordada no formulário de mapeamento. O mapeamento consistiu em visitas domiciliares aplicando um formulário com questões sócio-econômicas.

E analisarmos a efetividade do programa, que começou a ser implantado em 2003 no município de São José.

A metodologia utilizada foi através de dados documentais devido à coleta de dados realizada em nove comunidades, no entanto nesse trabalho aprofundaremos somente duas comunidades Parque Esperança e Jardim Solimar, isso devido a toda participação no processo de pesquisa (coleta de dados), digitação, consolidação dos dados e devolução dessas informações a comunidade pelas reuniões semanais no espaço cedido pela Faculdade Estácio de Sá em São José.

Entretanto o Programa Fome Zero no município de São José, tem critérios para que possam “beneficiar” a população, para a inserção no programa um dos indicadores utilizados é a linha da pobreza, que tem como base uma renda per capita de até R\$90,00 que é insuficiente para a subsistência. Mas não podemos deixar de reconhecer que

existem usuários que necessitam dessa renda. Em contraponto a isso não podemos esquecer que esse programa tem características minimalistas se restringindo ao atendimento de uma pequena parcela da população.

O trabalho está dividido em três capítulos:

No 1º Capítulo será abordado a Política Social no Brasil, o seu histórico; Onde a política social esta diretamente vinculada ao capital, pois a Política Social tem suas raízes localizadas no mundo da produção conforme Evaldo Vieira. Sem esquecer de falar de como surgiu a pobreza no país e como ela é caracterizada.

No 2º Capítulo trataremos o Programa Fome Zero contextualizando o Programa, e o seu funcionamento;

Na Constituição Federal de 1988, no Capítulo II – Dos Direitos Sociais, nos fala dos direitos no qual temos como direitos à saúde, educação, o trabalho, o lazer entre outros, mas se formos analisar a realidade da população brasileira é possível identificar que existem pessoas que não estão sendo beneficiadas, principalmente no que se refere à Assistência Social.

O Programa Fome Zero se insere enquanto um conjunto de ações que é aplicado pelo governo federal, com o objetivo de compor uma Política Nacional de Segurança Alimentar com o combate a fome no país de forma participativa quando foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome – MESA.

O Programa Fome Zero do município de São José – S.C aponta um total de 2700 famílias em situação de exclusão socioeconômica, residentes em dez áreas de vulnerabilidade do município.

A questão da pobreza não é recente, pois desde que começamos a viver num país capitalista tivemos má distribuição de renda e conforme veremos nesse capítulo em 1975 já se falava em programas de transferência de renda, isso decorrente da nossa desigualdade social.

E por fim no último capítulo é descrita a experiência particularizada em São José – SC. Apresentado a pesquisa realizada no Parque Esperança e Jardim Solimar, onde conseguimos destacar alguns pontos como a imigração dentro do próprio Estado, a mudança nas famílias visto que as mulheres estão chefiando a casa junto de seus maridos, deixando em partes de ser uma sociedade “machista”.

CAPÍTULO 1: A POBREZA E A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo serão abordados a política social no Brasil e o seu contexto, para que se possamos analisar posteriormente a eficácia dos programas que são disponibilizados para a população, focado principalmente no Programa Fome Zero em São José - SC. Mas antes de abordar a política social é válido discutir a pobreza, pois a política social deve incidir principalmente na questão social, que “é a expressão do processo de desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade”, conforme Yazbek (1996, p.36).

1.1. Como é caracterizada a pobreza e como surgiu?

Segundo Yazbek (1996), a pobreza é caracterizada como aqueles que, de forma transitória ou forma permanente, estão privados de bens ou mercadorias necessárias a sua conservação e reprodução social. Mas além da renda se configurar como elemento essencial para essa identificação não se pode esquecer que a pobreza é também uma categoria política que se traduz pela carência de direitos, possibilidades e esperanças. Diante dessas considerações é que se deve trabalhar para que essa situação seja mudada por meio de políticas públicas.

A pobreza foi decorrente da mudança da sociedade para a forma de produção capitalista, quando o Brasil era colônia e durante o primeiro século após a sua independência viveu-se uma economia de subsistência, pois a vida da população dependia parcialmente do

mercado, já que o consumo estava ligado essencialmente à economia doméstica. Depois disso, com o surgimento das indústrias e a substituição da mão-de-obra humana por máquinas, a economia caracteriza-se como detentora e reprodutora de capital.

Nas palavras de Yazbek:

A pobreza é uma face do descarte de mão-de-obra barata que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo. Expansão que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia. Implica a disseminação de diferentes formas de trabalho clandestino, mediante pura e simples supressão de direitos conquistados pelas classes trabalhadoras (MARTINS apud Yazbek, 1996, p.63).

Além de o Brasil apresentar essa ‘população sobrando’, existe as pessoas que não possuem qualificação ou estudo para determinadas funções, ficando à mercê de trabalho informal ou até mesmo subemprego, onde acabam perdendo direitos adquiridos (como a aposentadoria, FGTS, 13º salário e férias), visto que nesse tipo de trabalho não se tem a carteira assinada e dificilmente as pessoas contribuem o INSS, pois não tem conhecimento ou até mesmo condições para pagar a previdência “particular”. Assim, quando chegam à idade da aposentadoria não o podem fazer devido ao tempo de contribuição e à escassez de emprego na terceira idade.

Analisando as famílias carentes, geralmente são essas que geralmente possuem grande quantidade de filhos, já que não têm educação e não são orientadas à prevenção ou não têm condições de se prevenir e assim muitas vezes passam por necessidades ou fome.

Continuando a analisar essas pessoas, conforme veremos em capítulos posteriores, a grande maioria são migrantes que buscam a capital por acharem que a vida é mais fácil e que conseguirão emprego facilmente. Porém, quando chegam às grandes metrópoles acabam se deparando com uma outra realidade.

Do livro O Capital de Marx, pode-se concluir que enquanto vivermos numa sociedade capitalista sempre haverá desigualdades, visto que nesse modo de produção existe o consumo excessivo da força de trabalho, considerando que no Capitalismo o produto específico do capital é a mais-valia, ou mais precisamente o lucro. Então, os que detêm o capital sempre vão buscar ganhar mais, nem que para isso seja necessário explorar a força de trabalho dos desfavorecidos.

A forma de produção capitalista resultou em mais desigualdades, já que não há distribuição de renda e falta reforma agrária, existem terras que podem ser utilizadas para plantio que estão inutilizadas, além de outros fatores, como o aumento do desemprego.

1.2. Concepção de Política Social e Assistência Social no Brasil

Falar de política social, conforme Evaldo Vieira implica em abordar a ação do Estado, mas também o movimento da classe trabalhadora.

A política social aparece no capitalismo construído a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX (VIEIRA, 2004, p. 140).

A política social, portanto está diretamente vinculada ao desenvolvimento econômico, ou seja, a transformação quantitativa e qualitativa das relações é decorrente do processo de acumulação particular do capital.

Segundo Evaldo Vieira (2004, p.141) “Quando se fala em política econômica, política social, política educacional... entre outras, está se mencionando uma estratégia de governo que normalmente se compõe de planos, de projetos, de programas e de documentos variados”. Se “o Estado é uma organização especial da força”, de sua parte, o governo constrói a ordem de cada dia, assegurando e legalizando a dominação. No cotidiano das lutas políticas, o governo vai fixando a orientação da política econômica e a política social. Através da política econômica e política social, é possível evidenciar a ação do Estado no sentido de incentivar e ampliar o capitalismo em determinado país. Dessa forma, percebe-se novamente que não se analisar o desenvolvimento econômico sem analisar a política social.

Examinado a política social, à primeira vista pode-se deparar com o campo dos serviços sociais, que significam o estudo das relações sociais e até de relações de produção. De acordo com essa análise, a Política Social expressa as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção.

Então, as políticas sociais são ações desenvolvidas para responder as desigualdades sociais, já que as políticas visam ampliar e efetivar direitos da cidadania. Dentre as políticas sociais, neste trabalho será focada a Assistência Social.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira, já que a Assistência Social é inserida no tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência.

A LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social foi homologada em 1993, onde regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, que tratam dos objetivos da Assistência Social e da prestação dos serviços

correspondentes, do perfil do beneficiário e dos benefícios assistenciais, das fontes de financiamento e das diretrizes para a organização das ações governamentais, com destaque para a descentralização político-administrativa e a participação das organizações populares na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis (RAICHELES, 1998, p. 121).

Ainda conforme Raicheles, “A LOAS demorou cinco anos para ser sancionada, após ter sofrido veto integral do Presidente Collor em 1991 e ser finalmente homologada, com alguns cortes, pelo presidente Itamar Franco”. (1996,p.121).

Antes de verificar o que é Assistência Social, é importante analisar a diferença entre Assistência, Assistencialismo e a Assistência Social, devido à abordagem do Programa Fome Zero no capítulo posterior.

- Assistência: Acesso a um bem, de forma não contributiva, ou através de contribuição indireta, pela alocação de recursos governamentais que podem ser redistribuídos para atender a uma necessidade coletiva, considerada prioritária, para garantir um dado padrão de condições de vida e de direito a todos os cidadãos. Várias políticas públicas podem ter a presença da assistência ou a função programática assistencial, sem que, com isto, sejam assistencialistas ou protecionistas no mau sentido, isto é, subalternizadas e tuteladoras.
- Assistencialismo: É o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor – transformando em um dependente, um apadrinhado. O “primeiro-damismo” é a institucionalização do assistencialismo na figura da mulher governante.
- Assistência Social: Política pública se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos dos mínimos de cidadania e dignidade. É política de atenção e de defesa de direitos: o direito da sobrevivência em padrões éticos de dignidade construídos historicamente em uma dada sociedade. A distinção política da assistência nos diferentes projetos políticos da sociedade se dá pelo conteúdo do que é considerado por padrões mínimos de dignidade humana e pela forma de inclusão e cobertura desses padrões que incluem necessidades especiais (RUFINO, 2003).

Então, o que é Assistência Social?

Assistência Social é a Política da Seguridade Social não contributiva que provê mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. A Assistência Social é um direito do cidadão e um dever do Estado.

As ações na área da Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, tendo as esferas do Governo as seguintes competências:

- Compete a União responder pela concessão dos benefícios e prestação continuada, dando apoio técnico e financeiro para os serviços e programas

de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional, bem como atender, juntamente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios às ações assistenciais de caráter de emergência.

- Compete aos Estados destinar, a título de participação, recursos financeiros aos municípios para pagamento de auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social e apoiar técnica e financeiramente os serviços e programas de enfrentamento da pobreza em âmbito regional e local, bem como atender, juntamente com os municípios, as ações assistenciais de caráter de emergência.
- Compete ao Distrito Federal e aos Municípios destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social e executar projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo parcerias com organizações da sociedade civil, atender as ações assistenciais de caráter de emergência e prestar serviços de assistência social (RUFINO, 2003).

Dessa forma, o assistente social poderá contribuir para o conhecimento do usuário em relação aos seus direitos, quando lhe oportuniza compreender que o “benefício” não se trata doação e sim um direito constituído, por vezes negado.

CAPÍTULO 2. A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA FOME ZERO NO BRASIL E SUA IMPLEMENTAÇÃO EM SÃO JOSÉ – SC.

Nesse capítulo será abordado o Programa Fome Zero no município de São José - SC, e apresentado como funciona o Programa e a sua importância para o município.

Antes de mostrar o Programa Fome Zero apresentar-se-á de forma sumária e em ordem cronológica, algumas importantes ações que marcaram as últimas décadas no enfrentamento das questões sociais, como a fome e a miséria.

2.1. O surgimento do Programa Fome Zero

De forma efetiva, somente em meados da década de 1980, a expressão “segurança alimentar” passou a ser cunhada da Política Nacional de Segurança Alimentar, em trabalho capitaneado pelo Ministério da Agricultura (CONSEA), presidido pelo presidente da República, além de contar em seu corpo decisório, com Ministros de Estado, representantes de sindicatos de trabalhadores e patronais, dentre outros representantes da sociedade civil.

A Política Nacional de Segurança Alimentar, apesar de tímida para o momento, trouxe subsídios em eventos cujo objetivo consistia em abordar o tema ‘fome’. Cabe destacar a I Conferência Nacional de Alimentos e Nutrição (1986), quando se tratou de ampliar o conceito de segurança alimentar, incorporando os níveis de produção agrícola e abastecimentos de alimentos, carências nutricionais e qualidade de alimentos. Além desses aspectos, a alimentação foi tratada como princípio básico dos direitos humanos.

Dentre as várias propostas nascidas no evento, destacam-se a que trata da criação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e da criação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, subordinados, respectivamente, aos Ministérios da Saúde e do Planejamento.

Em 1991, após a derrota nas eleições, o “governo paralelo”, implementado pelo Partido dos Trabalhadores, tomou a iniciativa de construir uma Política Nacional de Segurança Alimentar. A discussão dessa proposta teve papel importante na massificação da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria (1992/1993).

Esta ação, por meio do Movimento pela Ética na Política, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), chegou a formar milhares de comitês de solidariedade, impulsionando e sustentando o Programa de Combate a Fome e à Miséria do governo Itamar Franco (1993/1994) no qual seu partido político foi o Partido da Reconstrução Nacional - PRN. É inegável o destaque que o movimento representou naquele momento. Inúmeros grupos de solidariedades espalhados pelo Brasil atuaram buscando resolver ou amenizar problemas sociais enfrentados por uma grande parcela da população brasileira.

O governo Collor (PRN) (1990-1992) não foi sensível a esses movimentos, no entanto o governo Itamar Franco (1992-1994) tratou de atacar o problema e concretizar algumas ações como a elaboração do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, com objetivos que incluíam a parceria entre o governo e a sociedade civil, além de promover ações descentralizadas.

Em 1995, o presidente recém empossado, Fernando Henrique Cardoso pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), extinguiu o CONSEA, passando as suas atribuições ao Conselho do Programa Comunidade Solidária. A nova estratégia teve como objetivo primeiro, para o combate da fome e da miséria, uma ampla parceria entre Estado e sociedade civil. As novas ações tiveram como objetivo reduzir a mortalidade infantil, melhorar as condições de alimentação de estudantes e famílias carentes, promover ações visando atender a agricultura familiar e os assentamentos rurais, dar condições de produtividade para os assentamentos existentes, estimular novos assentamentos, além de promover ações nas áreas de saneamento básico e habitação para a população de baixa renda. Após assumir seu segundo mandato (1999), Fernando Henrique transferiu as ações de combate à Fome e à Miséria para o Projeto Alvorada.

Luis Inácio Lula da Silva (PT – Partido dos Trabalhadores), em sua campanha presidencial e em seu discurso de posse, prometeu priorizar os programas de inclusão social e combate à fome. Com esse propósito criou o Ministério Extraordinário de Segurança

Alimentar e o Programa Fome Zero. Enquanto prosseguiram o diagnóstico e o planejamento de ações, algumas regiões, principalmente no semi-árido nordestino, já tiveram a implantação e implementação de projetos do Programa Fome Zero.

Na gestão presidencial atual (2003/2006) existe um conjunto de nove ministérios federais envolvidos com programas e ações que pretendem enfrentar diferentes facetas da problemática da exclusão social, com perspectivas de interação de ações ainda desarticuladas, no tocante ao cruzamento de programas e projetos.

Em Santa Catarina, nos dois últimos anos do seu mandato (1999/2002), o governador Esperidião Amim representando o Partido Progressista - PP selecionou um grupo de municípios, com baixos indicadores sociais, direcionando políticas públicas com o objetivo de reduzir a exclusão.

O governo atual (2003/2006), Luiz Henrique da Silveira (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em suas propostas de governo, buscando enfrentar a desigualdade social, articulando ações descentralizadas, a partir de secretarias e fóruns regionais, tendo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio-Ambiente como responsável pela coordenação da área social.

No âmbito nacional, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, considerou o município de Forquilha entre as doze melhores experiências de programas de transferência de renda, neste caso o Bolsa Família conforme consulta ao *site* da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda¹.

Até o ano de 2004 não há uma pesquisa que realmente mostre os verdadeiros índices de pobreza, isso acontece devido a sempre se analisar os grandes centros. Pode-se tomar como exemplo a cesta básica, em que os preços são pesquisados somente na Capital – Florianópolis, não suprimindo as necessidades dos outros municípios.

Decorrente dessas faltas de informações locais de custos e pela necessidade de políticas públicas nacionais, uma terceira possibilidade de uso de renda tem sido aplicada: a adoção de uma linha de indigência, sendo que os estudos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em 1989, do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA) em 1993 e o Projeto Fome Zero do Instituto Cidadania (2001) de avaliação da indigência no Brasil, usam esse conceito.

¹(SECRETARIA do Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda. Disponível em <<http://sst.sc.gov.br>> Acesso em: 25 jul 2006).

Existem dois índices que são utilizados a linha da pobreza e a linha da indigência, a linha da pobreza considera aqueles que não conseguem manter um padrão mínimo de vida, como a ausência da educação, comida, moradia, emprego, condições mínimas básicas para qualquer cidadão, e a linha de indigência os que estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, que nada possuem.

A definição de uma linha de indigência nacional permitiria unificar as definições, o público e algumas políticas de assistência social. Alguns estados adotaram o salário mínimo como referencial. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS adota $\frac{1}{4}$ de salário mínimo como linha de indigência. O Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar – MESA usa a renda de R\$90,00 (base 2004).

O referencial do MESA segue a orientação do trabalho de Graziano da Silva, enquanto ainda pesquisador do Instituto da Cidadania e de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e documento do Banco Mundial: Relatório do Desenvolvimento Mundial – Pobreza, que adotou pela primeira vez o referencial de renda de US\$1,00 por pessoa por dia (dólar PPC²), abaixo do qual considera pobreza extrema, ou indigência. Este valor de US\$1,00/dia, corrigido de 1985 a 1990, significava, na publicação de Graziano da Silva R\$62,29/mês em 2001, ou R\$90,00/mês em 2003.

A discussão sobre desigualdade social não é recente, visto que em 1975 começou a primeira discussão sobre Programas de Renda Mínima, quando Antônio Maria da Silveira publicou na Revista Brasileira de Economia um artigo sob o título “Redistribuição de Renda”.

Conforme Silva e Silva, Yazbeck e Giovanni, o Programa Fome Zero, entre outros surgidos no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é considerado como o Quinto Momento do desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no país. Esse momento é marcado por mudanças quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas na direção da construção de uma Política Pública de Transferência de Renda, de abrangência nacional. De acordo com os autores citados no livro “A Política Social Brasileira no século XXI” (2004, p.93), destaca-se os seguintes aspectos:

- Indicação de prioridade no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, anunciada já no discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fazendo com que essa temática fosse considerada na agenda pública brasileira, partindo do pressuposto de que as Políticas Sociais são importantes mecanismos de enfrentamento à pobreza, desde que articuladas a uma Política Econômica que considere a redistribuição de renda no país, a valorização da renda do trabalho, a geração de emprego, a proteção social do trabalhador, a inclusão de todos os trabalhadores formais ou informais, da

² Dólar PPC: paridade de poder de compra calculado pelo poder de compra do dólar em contextos regionais.

cidade e do campo, num sistema nacional universal de Previdência Social; efetivação de reforma agrária e assistência ao trabalhador do campo, entre outras providências.³

- Aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma Emenda Constitucional no âmbito da Reforma Fiscal aprovada no final de 2003, que inclui um parágrafo que prevê a implantação de um programa de renda mínima para prover a subsistência a pessoas ou famílias, dando prioridade àquelas que vivem em Estado de maior necessidade, devendo ser financiado, de modo coordenado, pela União, estados e municípios, conforme Lei Específica. Essa Emenda Constitucional será votada no âmbito do Senado como parte de Reforma Fiscal em curso.
- Iniciação de um processo de unificação de programas nacionais de transferência de renda, a partir de julho de 2003. A proposta inicial é de unificar quatro programas federais de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação), tendo sido iniciada a implementação da proposta inicial em outubro de 2003 com um orçamento de R\$4,3 bilhões para este ano e de R\$5,3 bilhões em 2004. O novo programa denominado de Bolsa-Família prevê o atendimento de 3,6 milhões de famílias, em 2003, apresentando uma meta para atendimento de 7,6 milhões de famílias em 2004 e de 11,4 milhões de famílias em 2006.
- Elevação dos recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda no orçamento de 2004 para 5,3 bilhões, segundo dados oficiais, representando mais que o dobro de 2002.
- Com base no Projeto de Lei nº 266/2001, de autoria do senador Eduardo Suplicy, foi sancionada, pelo presidente da República em 8 de janeiro de 2004, a Lei de Renda Básica de Cidadania, com previsão para implantação a partir de 2005. Esse Projeto foi aprovado, por unanimidade, em dezembro de 2002, pelo Senado e, em dezembro de 2003, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Trata-se de um programa nacional com proposta de implantação gradual, a partir de 2005, devendo iniciar com o atendimento dos mais pobres, destinado a todos os brasileiros ou estrangeiros residente no país por cinco ou mais anos, cujo benefício é a transferência de uma renda básica incondicional para todos, independentemente do trabalho ou de outra exigência qualquer.
- Criação, em janeiro de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando mais um esforço de unificação dos dois ministérios da área social: o da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, verificando-se elevação de valores orçamentários para a área, com previsão, para 2004, de um orçamento de R\$15 bilhões.

Pode-se concluir que os programas de Transferência de Renda estão em foco nesse processo de desenvolvimento histórico da Política Social Brasileira, mas é preciso analisar algumas questões pertinentes a essa situação, como, por exemplo, qual sua real efetividade.

³ “É importante ressaltar que o Programa Fome Zero, “carro-chefe” das políticas de enfrentamento à pobreza do governo Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de preconizar explicitamente a articulação referida, demonstra ainda uma grande distância entre essas proposições e os encaminhamentos que o Governo Federal deu no seu primeiro ano de governo. Dessa situação destaca-se a não inclusão dos 40 milhões de trabalhadores brasileiros que se encontram fora do Sistema Nacional de Previdência Social na reforma da Previdência, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2003”. (2004, p.93).

Sabe-se que nem todas as localidades esses programas funcionam de acordo com o desejado, pois a mídia nacional vem apresentando várias localidades onde pessoas com um poder aquisitivo alto estavam sendo beneficiadas de forma ilícita, tirando o direito daquelas que realmente necessitam.

Para exemplificar essa situação, a Rede Globo apresentou em 12 de fevereiro de 2006, no programa Fantástico, a reportagem sobre a Rodovia da Fome, que mostrou que quem tinha direito ao benefício estava passando por necessidades enquanto a filha de um fazendeiro estava se beneficiando do Programa.

Devido a esse e outros fatos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome determinou que as prefeituras do Brasil inteiro seriam as responsáveis pela distribuição do dinheiro, tendo que recadastrar as pessoas que recebem a Bolsa Família. Mas quem pode garantir que isso não ocorrerá novamente? Somente o controle social da sociedade civil organizada em relação às políticas sociais poderá garantir a destinação e uso correto de verbas públicas para a assistência social⁴.

Para entender o Programa Fome Zero no município de São José, apresentar-se-á um breve histórico do município.

2.2 Breve histórico do Município de São José – Santa Catarina

A história de São José começa a ser contada a partir de 19 de março de 1750 com a vinda de 182 casais de açorianos, oriundos das ilhas Graciosa, São Miguel e São Jorge, dando início ao povoamento. Sendo a quarta localidade fundada em Santa Catarina.

À medida que o número de habitantes foi crescendo, a lavoura e o comércio se desenvolveram, sobressaindo às culturas de algodão e de linho. Para aproveitamento dessa produção, foram montados pequenos teares, que passaram a fabricar tecidos de uso caseiro. Devido a esse desenvolvimento, em 26 de outubro de 1751, foi criada a Freguesia. Em 1828, com o início da imigração alemã, passou a ocorrer uma reestruturação demográfica, produzindo reflexo no desenvolvimento agrícola e no urbano. São José passou a destacar-se como um centro importante pela sua população e comércio, razão pelo qual o governo

⁴ Este aprofundamento pode ser localizado em Raquel Raicheles. No livro *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática*.

decretou a sua elevação à Vila, em 01 de março de 1833. Neste período havia 21.641 habitantes, sendo 18.969 livres e 2.572 escravos, possuindo 82 engenhos na Vila.

Desmembrada de Desterro, sendo o novo município formado pelas freguesias de São José e Enseada de Brito, São José também foi berço das primeiras levas de colonizadores alemães em Santa Catarina, em 1829, quando São Pedro de Alcântara não era emancipado política e administrativamente.

Em 26 de maio de 1849, passaram a denominar-se Segunda Comarca, integrando São José, Laguna e Lages, em função da Lei Provincial nº 277. Pela resolução 415, de 03 de maio de 1856, da Assembléia Provincial, sancionada pelo Dr. João José Coutinho, a Vila de São José foi elevada à categoria de Cidade.

Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto Lei Estadual nº 941, foi reanexado ao município de Florianópolis, a parte fronteira do continente, denominado Estreito, que até então pertencia a São José. Tal separação deu-se por efeito da construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926.

O nome de São José deve-se ao padroeiro da primeira capela do município. Acredita-se também que os primeiros colonizadores chegaram no dia 19 de março, dia de São José.

O município de São José está localizado na grande Florianópolis e possui uma área geográfica de 116 km. É considerado o 5º município do estado de Santa Catarina em população e devido sua pequena extensão territorial e elevado número de habitantes, possui a maior densidade demográfica de Santa Catarina com 1317 hab/Km.

Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do município de São José, em 2004, é de 196.907 habitantes.

No ano 2000, segundo o Censo, a realidade é a seguinte:

Tabela 1:

Pessoas residentes	173.559 habitantes
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade, sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5.653 habitantes

Ainda com base nos dados da última pesquisa do IBGE em 2000:

Tabela 2:

Região	População	Renda per capita mensal	População com renda insuficiente		População pobre		Famílias com renda insuficiente	
			nº	%	nº	%	nº	%
São José	724.272	515,76	55.962	7,70%	163.455	22,60%	16.128	7,70%

Analisados os dados acima se percebe que há um número pequeno de pessoas com renda insuficiente (7,7% do total), no entanto, sabe-se que esse dado não é “real” já que sabemos que um grande contingente de pessoas não tem condições de sobreviver.

2.3. Processo de implantação do Programa Fome Zero em São José - SC

Agora, partindo para o Programa Fome Zero em São José (vide Boletim Informativo Anexo A), o Conselho Operativo do Programa Fome Zero (COPO) foi criado em maio de 2003. De acordo com a pesquisa do Instituto CEPA, no município com 173.559 habitantes, 35.891 são pobres, portanto 20% da população. Ainda com base nesses dados, um total de 3.487 famílias estão em situação de exclusão sócio-econômica.

De acordo com os ideais do Programa Fome Zero, sua estruturação se dá da seguinte forma:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS é o responsável pela coordenação do programa fome zero, tem por missão acompanhar a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e os programas de transferência de renda do governo federal: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Família, Auxílio Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O objetivo é garantir o direito a alimentação em todo o território nacional.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA é um órgão colegiado que traça as diretrizes da política de segurança alimentar e nutricional do governo federal. Ele tem um caráter consultivo e assessoria o presidente da república, além de participar do mutirão da fome. O CONSEA é formado por representantes da sociedade civil (2/3 dos membros) e representante do governo federal (1/3 dos membros).
- Conselho Operativo do Programa Fome Zero – COPO é um centro de recepção de distribuição de donativos, é formado pela sociedade civil e pelo poder público, cabendo a esses traçar as diretrizes da política de segurança alimentar local, credenciar as entidades e as famílias a serem beneficiadas e também estabelecer parcerias com instituições, empresas privadas e voluntárias.

Os municípios podem estimular a formação desses conselhos operativos, montando a estrutura necessária para o seu funcionamento.

O COPO tem a função de cuidar da arrecadação de recursos no local, administrar as doações que chegam e se responsabilizar pela armazenagem e transporte.

- Programa de Ação Todos pela Fome – PRATO: são grupos de voluntários que se organizam por local de trabalho, bairro, etc. Eles organizam coletas e doações e com a coordenação e orientação dos COPOs, encaminham a ajuda para as entidades que trabalham com as famílias beneficiárias.
- Agentes de Segurança Alimentar – SAL: são conhecidos como agentes comunitários de saúde que acompanham as condições de saúde das famílias principalmente gestantes e crianças de zero a seis anos de idade. É vinculado ao Ministério de Assistência e Promoção Social.
- Equipe de capacitação para a educação cidadã – TALHER: é uma equipe que prepara monitores que, por sua vez, capacita quem trabalha nos COPOs, PRATOs ou atua como SAL. Além disso, ajuda a formar outros TALHERES. O TALHER não cuida apenas da condição física, mas também mental e espiritual.

Em São José, o Programa tem a Assessoria do Núcleo de Estudos em Serviço Social (NESSOP) e da Organização Popular, sendo o NESSOP um espaço acadêmico de estudos e práticas pedagógicas de assessoria aos sujeitos sociais identificados com o setor sócio popular comunitário. Neste sentido, desenvolve e aperfeiçoa, por meio de práticas extensionistas, métodos de trabalhos sociais identificados com a construção de vínculos participativo e democrático dos sujeitos envolvidos, que tem sido referência em programas de políticas públicas, especialmente na região da grande Florianópolis.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000) conceitua ‘extensão universitária’ da seguinte forma: “A extensão é um processo educativo, cultural, e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.

Em setembro de 2003 o Comitê Operativo do Programa Fome Zero da cidade de São José buscou a assessoria do NESSOP, especialmente no que se refere à metodologia de mobilização social e definição de critérios de inclusão para o mapeamento da fome no município.

O Programa tem assessoria da Universidade Federal de Santa Catarina com a assistente social Simone Matos Machado, que participava constantemente das decisões do COPO, que realizava reuniões semanais no espaço cedido pela Faculdade Estácio de Sá. Nessas reuniões buscavam-se parcerias já que o Programa não tem recursos próprios.

A atuação da assistente social, representando o NESSOP teve como foco: o emprego da metodologia de mobilização comunitária para identificação do público alvo do programa; formular ou validar indicadores sociais capazes de criar critérios de superação dos processos seletivos que reproduzem a exclusão social das famílias empobrecidas com direito as ações do Programa Fome Zero; assessorar a elaboração do instrumental de coleta de dados (formulário) a ser utilizado na identificação do mapa da fome no Município com o compromisso político-pedagógico da investigação participante.

Se analisado o Estado de Santa Catarina conforme os dados abaixo, há alguns dados surpreendentes referentes à Segurança Alimentar. Um grande percentual que sofre com insegurança alimentar está concentrado no meio rural, porém até que ponto essas pesquisas são confiáveis? Sabe-se que nos grandes centros existem também pessoas que passam por necessidades.

Abaixo se pode analisar a situação do Estado de Santa Catarina conforme Pesquisa IBGE.

Tabela 3: População residente, por situação de segurança alimentar existente no domicílio e tipo de insegurança alimentar, segundo o sexo e os grupos de idade, a cor ou raça, a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* em Santa Catarina – 2004

Sexo e grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> .	Coeficientes de variação das estimativas de população residente (%)					
	Total (1)	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total (2)	0,0	1,8	8,2	9,9	14,7	17,8
0 a 4 anos	4,9	4,7	12,0	16,2	21,8	34,7
5 a 17 anos	2,4	2,9	9,6	10,5	21,0	23,7
18 a 49 anos	1,0	2,1	7,8	10,5	14,6	21,3
50 a 64 anos	3,9	4,9	12,3	11,2	19,1	38,2
65 anos ou mais	5,7	7,2	17,2	21,0	29,8	40,3
Homens (2)	1,2	1,9	8,9	10,5	15,2	17,5
0 a 4 anos	6,5	7,0	15,1	18,7	23,4	55,2
5 a 17 anos	3,4	3,8	10,7	10,5	24,0	25,6
18 a 49 anos	1,7	2,4	8,7	11,9	14,0	22,0
50 a 64 anos	4,3	5,8	15,6	15,4	23,6	49,6
65 anos ou mais	6,4	7,0	21,9	34,9	37,6	35,8
Mulheres (2)	1,2	2,4	8,1	10,1	14,9	21,8
0 a 4 anos	6,1	7,0	13,8	18,8	29,4	38,2
5 a 17 anos	2,8	3,7	11,2	14,8	21,4	31,3
18 a 49 anos	1,8	2,8	7,9	10,1	16,8	24,3
50 a 64 anos	5,1	5,7	12,5	12,3	18,1	40,0
65 anos ou mais	7,6	9,3	19,0	20,0	30,3	86,3
Cor ou raça (3)						
Branca	2,1	3,2	7,8	9,9	16,3	20,1
Preta e Parda	17,8	19,6	19,1	20,8	29,7	27,7
Outras	36,7	38,2	54,3	82,4	69,8	-
Situação do domicílio						
Urbana	5,8	6,7	9,2	10,8	16,6	18,5
Rural	25,6	26,5	28,7	33,0	43,6	41,1
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (4) (5)	0,1	1,8	8,2	9,9	14,7	17,8
Até 1/4 salário mínimo (5)	19,4	35,2	24,9	24,6	53,2	38,9
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (5)	9,0	14,3	11,3	13,7	29,8	22,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo (5)	7,1	8,7	14,7	16,8	19,9	53,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos (5)	4,4	4,8	12,8	14,6	20,1	40,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos (5)	8,8	9,1	25,8	26,7	60,9	72,4
Mais de 3 salários mínimos (5)	10,1	10,0	36,6	36,6	-	-
Sem rendimento (5) (6)	28,7	43,6	40,7	115,7	38,6	85,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004

Onde,

(1): Inclusive as pessoas residentes em domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar;

- (2): Inclusive as pessoas com idade ignorada;
- (3): Inclusive as pessoas sem declaração de cor ou raça;
- (4): Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico;
- (5): Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e
- (6): Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Ainda de acordo com o Censo Demográfico 2000 do IBGE:

Tabela 4: Santa Catarina – População, renda *per capita* mensal, pessoas com renda insuficiente, pessoas pobres e famílias com renda insuficiente, segundo localidade – 2000.

Localidade	População	Renda <i>per capita</i> /mês	Pessoas com renda insuficiente		Pessoas pobres		Famílias com renda insuficiente	
			n°	%	n°	%	n°	%
Santa Catarina	5.356.360	349,32	665.489	12,40	1.752.908	32,70	159.801	10,70
Urbano	1.138.416	206,58	224.070	19,70	510.951	44,90	50.606	17,1
Rural	4.217.944	368,21	441.419	10,50	1.241.957	29,40	109.195	9,1

Fonte: IBGE

Observa-se pela tabela que há um total de 665 mil pessoas, ou 12,4% da população, do Estado de Santa Catarina com renda insuficiente para garantir sua própria alimentação.

Fazendo um comparativo com os dados coletados nas Comunidades Parque Esperança e Jardim Solimar, município de São José, Santa Catarina, apresenta-se:

Tabela 5: Renda *per capita* mensal das comunidades Parque Esperança e Jardim Solimar, São José/SC

Renda <i>per capita</i> mensal	%
Até R\$50,00	21
De R\$50,00 a R\$90,00	24
De R\$90,00 a R\$150,00	24
De R\$150,00 a R\$ 300,00	21
De R\$300,00 a R\$500,00	9
Acima de R\$500,00	1

Fonte: UFSC/NESSOP

Identifica-se que um grande percentual de famílias vive com uma renda mínima, e nessa pesquisa foram realizadas entrevistas com 525 famílias, aqui consideradas como pessoas que vivem numa mesma residência.

Uma das metas do Programa consistiu na realização do levantamento da fome e mobilização as comunidades empobrecidas do município. As comunidades que foram mapeadas são: União da Vitória, Dona Adélia, Pedregal, Vista Alegre/ Horto, Jardim das Palmeiras, Morro do Arante/ Forquilhas, Jardim Los Angeles, São Luiz, Santos Saraiva e Vila Formosa.

Os pesquisadores, em sua maioria, são os que fazem parte do próprio programa, então antes de ir até o local, é explicado como é o formulário, sanando todas as dúvidas em relação ao mesmo. Depois desses levantamentos, são arquivados os formulários e feito os levantamentos de acordo com cada comunidade.

O Programa Fome Zero vem se estruturando no município de São José a partir dos segmentos organizados da sociedade civil, constituindo-se um coletivo de 20 participantes, responsáveis pelas ações do Programa desde que começou a ser implantado, em 2003.

A inserção da Universidade Federal de Santa Catarina, ao discutir métodos e critérios de democratização e inclusão social vem qualificando as informações que orientam o Programa, validando indicadores e construindo um processo de conhecimento compartilhado (academia e comunidade). Conforme a assistente social Simone Matos Machado,

A possibilidade da realização do mapa da fome de forma censitária e não amostral re-significou o compromisso social do Programa, na medida em que a realidade da miséria e da fome nos salta aos olhos de maneira desvelada, não camuflada por dados estatísticos que excluem os sujeitos sociais das políticas públicas, na medida em que os tornam anônimos substituídos por porcentagens. Conhecer quantos e quais são as famílias e as pessoas em situação de risco social, sub-habitando as periferias urbanas, em

condições de vida precárias, é o que permite ao Programa Fome Zero realizar a verdadeira inclusão social (MACHADO, 2003).

Essa experiência vivida é uma grande aprendizagem, pois se atua numa realidade que muitas vezes não faz parte da nossa vivência, levando em consideração a conscientização de que existem pessoas desfavorecidas vivendo com uma renda mínima ou que não têm como se alimentar, mas muitas vezes fechamos os nossos olhos para essa realidade. Existe uma necessidade de que as políticas públicas sejam eficazes para, assim, contribuir com os que têm uma menor renda, visto que vivemos num país onde a distribuição de renda é totalmente desigual.

CAPÍTULO 3. A EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA FOME ZERO EM SÃO JOSÉ, SOB PERSPECTIVA DE ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL.

Neste capítulo será abordado o Programa Fome Zero na experiência particularizada em São José – SC.

Antes de começar a citar a experiência vivida pela autora, é importante contextualizar o planejamento realizado antes da execução do levantamento sócio-econômico e os objetivos que o Programa estabelece. Na seqüência, apresentaremos os resultados da coleta de dados realizado no Jardim Solimar e Parque Esperança.

3.1. O processo de mobilização comunitária.

O Programa Fome Zero de São José é assessorado pelo NESSOP, que tem como um dos objetivos a mobilização comunitária, essa mobilização comunitária refere-se ao fortalecimento da população no processo de organização popular, que envolve grupos de pessoas que se reúnem em busca dos mesmos objetivos, desejos, necessidades para exercerem e viverem melhor seu estado de cidadania, sua qualidade de vida.

3.1.1. Dados preliminares acerca do planejamento para implantação do Programa Fome Zero em São José - SC

O planejamento da implantação do Comitê Operativo do Programa Fome Zero de São José teve início em fevereiro de 2003, portanto nesse período não participamos, visto que o

estágio iniciou em março de 2004. O planejamento no qual foi elaborado foi do tipo participativo¹. Foram definidos, portanto, os objetivos com base numa análise de problemas em que refletisse a situação do momento da pesquisa, em 2004. Nesse planejamento participaram os membros e a coordenação do COPO de São José.

Dentre os objetivos estipulados estão:

- Geração de trabalho e renda – alcançado com a implantação da Cooperativa no município que será abordada mais adiante;
- Buscar soluções para o problema da Fome no município e
- Promoção da cidadania;

Dentre as ações podemos destacar as seguintes:

- Instalação do CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar no município;
- Mapeamento e mobilização das comunidades empobrecidas no município e
- Instalação de Cooperativas.

Desta forma, no dia 24 de abril de 2004, no II Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional de São José/SC foram eleitos os doze membros efetivos e suplentes do CONSEA, conforme Lei Municipal 202/2003, aprovada em 30 de dezembro de 2003 e sancionada pelo prefeito municipal em 15 de janeiro de 2004. Foi convidada para o evento a sociedade civil organizada, ou seja, ONGs, Igrejas, Sindicatos, Associações de Moradores e população em geral.

Antes de abordarmos o evento em si, é importante citar que antes do mesmo acontecer, no dia 13 de abril de 2004 foi feita uma reunião com os Conselhos Comunitários de São José. As comunidades² foram convidadas via contato telefônico e foram também encaminhadas cartas-convite que a professora e assistente social que coordenava as ações, representando o NESSOP, se responsabilizou. Então, nessa data foi discutido sobre a formação do CONSEA, porém, com a baixa participação das associações foi discutido fazer uma nova reunião no dia 20 de abril abordando a mesma temática. No dia seguinte foram feitos novos contatos convidando as Associações para a nova reunião e também para o II Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹ O quadro com as principais ações do planejamento participativo pode ser verificado no Anexo B, do presente trabalho.

² Neste trabalho o termo comunidade esta sendo utilizado não no sentido ampliado de comunidade e sim como conotação de bairro, espaço geográfico.

Na data do evento antes de ser feita a eleição dos membros, houve uma programação com palestras³, conforme abaixo, e também foram expostos os produtos já confeccionados pela Cooperativa Sonharte, abordado adiante.

Tabela 6: Programação do II Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional

13h30min	Recepção e Inscrição
14h15min	Abertura
14h30min	Palestra: “Ações da Prefeitura de São José SC no Combate à Fome”
14h50min	Palestra: “Ações do Conselho Operativo do Programa Fome Zero em São José”
15h05min	Palestra: “A Política de Segurança Alimentar no Brasil (Consea) e o Programa Fome Zero”.
15h25min	Palestra: “A participação Popular nos Conselhos de Política Pública”
15h45min	Orientações para o Processo Eleitoral
16h00min	Intervalo
16h15min	Debate
16h45min	Apresentação verbal das Entidades Candidatas as 12 vagas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Eleição dos seus membros
17h15min	Escolha das 12 entidades que irão compor o CONSEA
18h00min	Encerramento

Houve a participação de trinta e cinco entidades, sendo que dezoito delas se candidataram a compor o CONSEA⁴. Também estiveram presentes sessenta e quatro pessoas representando a sociedade civil, neste momento nossa participação ficou mais voltada à organização.

As doze entidades que compõem o CONSEA são as seguintes: Congregação B. Divina Providência, Cruz e Sousa, AMAC, Solemar, CETE, AMA Kobrasol, Irmãs Franciscanas, Jardim Pinheiro, Sindicato Comerciantes, Associação Conjunto de Forquilhas, APP – Los Angeles e MIFA.

Esse foi um dos ideais que foram concretizados de suma importância devido às ações que exerceram junto ao município de São José.

³ Vide o modelo do anexo C

⁴ O Regulamento das eleições do CONSEA encontra-se no anexo D do presente trabalho.

3.1.2. O mapeamento das comunidades

Partindo para a questão do mapeamento das comunidades, no momento no qual começamos a participar do Programa Fome Zero, as comunidades já tinham sido definidas sendo elas: União da Vitória, Dona Adélia, Pedregal, Vista Alegre/Horto, Jardim das Palmeiras, Morro do Arante/Forquilhas, Jardim Los Angeles, São Luiz, Santos Saraiva e Vila Formosa, todas situadas no município de São José – Santa Catarina. Essas comunidades foram todas mapeadas.

O mapeamento consistiu em visitas domiciliares, quando foi aplicado um formulário com questões socioeconômicas aos responsáveis pela família. (vide modelo do formulário anexo E).

Esse mapeamento da fome é importante tanto para mobilizar as comunidades empobrecidas no município quanto fazer a coleta de dados para que se possa intervir junto a essa realidade.

Nas comunidades/bairros selecionadas o mapeamento foi precedido por reuniões com as lideranças comunitárias a fim de formar uma comissão local, selecionar e treinar pesquisadores, formar comissão de infra-estrutura e efetivar a coleta de dados junto à equipe do NESSOP. Em algumas comunidades com situações de tráfico de drogas, as lideranças comunitárias negociaram “a autorização” para que os pesquisadores pudessem subir o morro e realizar a coleta de dados.

O treinamento dos pesquisadores aconteceu uma vez por semana nas dependências da Faculdade Estácio de Sá em São José, onde foi cedida uma sala aos gestores do Programa Fome Zero. Este treinamento consistiu, essencialmente, na orientação detalhada do preenchimento do formulário de coleta de dados.

Depois de ser feita toda a coleta de dados, as informações foram processadas, organizadas e devolvidas para a comunidade. Os dados eram processados no NESSOP pelas estagiárias do Programa e depois de consolidados, as informações eram apresentadas nas reuniões do Programa Fome Zero, incluindo a comissão local e moradores das respectivas comunidades.

Uma das comunidades pesquisadas, a comunidade de Forquilha, foi mapeada pela própria Universidade Federal de Santa Catarina na disciplina ministrada pela professora Iliane Kohler na disciplina de Processos de Trabalho de Serviço Social Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. Na ocasião participaram duas monitoras e em média 64 alunos a pedido da coordenadora, Sra. Izoni.

Após cada comunidade ser pesquisada, todos os dados foram consolidados e sobre esses dados foi feita a seleção das famílias beneficiadas com o Programa Fome Zero. Um dos critérios para receber o benefício é a renda per capita, conforme já apresentado no capítulo 2 deste trabalho.

No Programa Fome Zero, se trabalha de acordo com o índice da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem o seguinte padrão: receber menos de US\$1,00 por dia, ou seja, uma renda *per capita* até R\$90,00 calculados em cima de todos os proventos no qual a família recebe e dividida pelo número de integrantes, considerando parte da família todas as pessoas no qual habitam a mesma residência, tendo ou não laços sanguíneos.

3.1.3. Perspectiva de Geração de Emprego e Renda: a constituição de Cooperativa

Dentro das ações do Programa Fome Zero em São José um dos objetivos foi o de implantar ações de geração de emprego e renda. Isto se concretizou com a Cooperativa de Costura e Artesanato no Jardim Dona Adélia, Cooperativa Sonharte. Na cooperativa todos aqueles que têm interesse participam, pois não foi criado nenhum critério de seleção, visto que esse processo envolve a geração de renda.

Na aplicação dos formulários, uma das questões abordadas foi a atividade no qual se tem interesse e, com isso, dentro das possibilidades do Programa, foram realizados contatos com os interessados para participar do curso disponível, Computação. No entanto, nem todos que tinham interesse puderam fazer devido ao deslocamento.

Em busca de parcerias, foi acertado com a ONG Moradia e Cidadania o curso de computação quando esta disponibilizou algumas vagas para o Programa isento de taxas. As vagas foram preenchidas de acordo com a renda *per capita* de cada família.

A ONG Moradia e Cidadania têm como missão “Promover a cidadania para a população socialmente excluída, por meio da educação e de geração de trabalho e renda, e de apoio a ações de combate à fome e a miséria”⁵.

⁵ Conforme site: www.moradiaecidadania.org.br

“O termo ONG foi utilizado pela primeira vez em 1950 pelas Organizações das Nações Unidas – ONU para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada a um governo, esse termo é utilizado no Brasil. Elas são definidas como instituições privadas que tem uma finalidade pública, sem fins lucrativos, o mesmo é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Todas elas têm como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio que atuam”⁶.(RONCONI, 2003).

O terceiro setor vem crescendo principalmente pelo fato de que o Estado não tem a capacidade de atender as demandas dos serviços sociais, além de sua incapacidade na resolução de questões ligadas à geração de emprego. No entanto, é necessário distinguir que nem todas as organizações do terceiro setor atendem a um fim público, somente podemos dizer que têm fins públicos, as organizações que produzem bens ou serviços de caráter público ou de interesse geral da sociedade.

Mas até que ponto o terceiro setor gera emprego? Levando-se em consideração que a maioria dos funcionários são voluntários, ou seja, estão deixando de contratar um profissional para empregar um voluntário que não tem as mesmas “responsabilidades” do que um funcionário efetivo. Com isso podemos também detectar que várias pessoas estão deixando de ser contratadas, pois é mais barato manter um voluntário já que não se mantêm vínculos empregatícios.

Na seqüência, apresentaremos os dados coletados junto às duas comunidades, que permitem a visualização de um perfil das famílias atendidas pelo Programa Fome Zero em São José – SC.

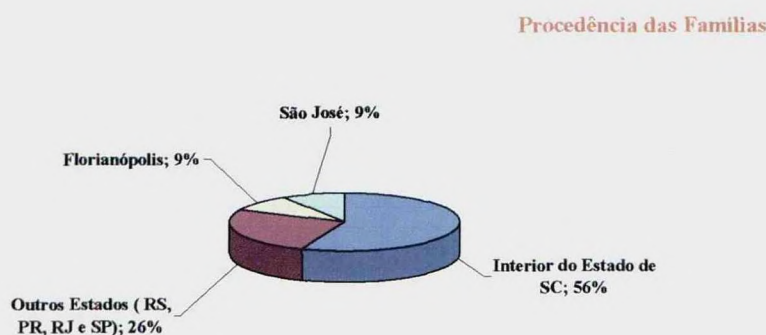
⁶ Anotações da disciplina Planejamento Social – professora : Luciana Ronconi

3.2. Resultados do Levantamento Socioeconômico no Parque Esperança e Jardim Solimar.

Neste item apresenta-se um pouco da realidade brasileira em duas comunidades situadas em São José: Jardim Solimar e Parque Esperança. Estas comunidades serão abordadas nesse trabalho devido à efetiva participação na pesquisa, já que nessas localidades a participação da estagiária ocorreu durante todo o processo de planejamento, execução da coleta de dados, organização dos dados e devolução dos resultados.

No Parque Esperança e Jardim Solimar foram pesquisadas 525 famílias num total de 2.149 pessoas. Analisando esses dados obtemos a seguinte realidade dessas comunidades:

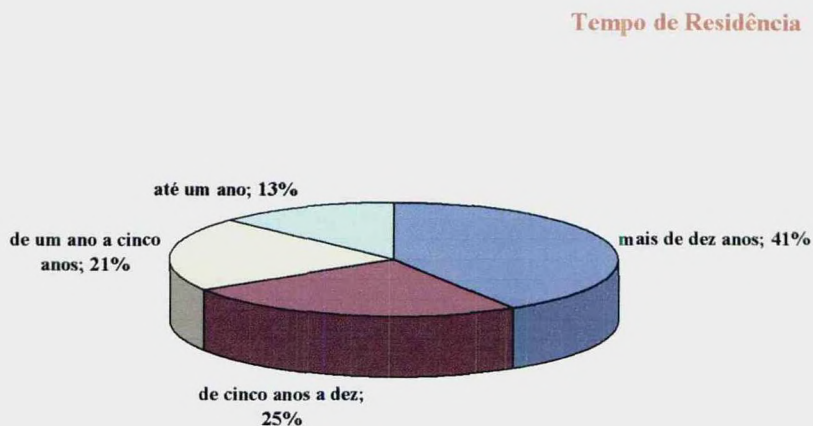
Gráfico 1:



Podemos então, identificar que há um grande contingente de pessoas que migram do interior do Estado de SC para as principais capitais. Isso acontece devido aos problemas, principalmente na agricultura, e ao alto índice de desemprego. No entanto, muitas pessoas vêm com a falsa idéia que na capital tudo é mais fácil, sendo uma análise equivocada da nossa realidade. A falta de emprego na área agrícola se deve ao capitalismo rural, principalmente pelo homem ser substituído por máquinas, acabando por reduzir o quadro de funcionários das empresas rurais.

Os dados do levantamento sócio-econômico também mostram o tempo de residência na comunidade, tendo como base o ano de 2004 (ano da pesquisa):

Gráfico 2:



Analisados os dados, constatamos que 41% das famílias entrevistadas moram na localidade há mais de dez anos e a grande maioria da população já está morando há mais de cinco anos nessas comunidades.

De acordo com o tempo de residência, a maioria dos integrantes, 57%, já moram há mais de cinco anos em São José. Se relacionarmos com a conjuntura no qual país estava vivendo, com a moeda nacional desvalorizada, privatizações e gastos com a dívida externa, constata-se que esses diversos fatores provavelmente favoreceram para que esses imigrantes deixassem o meio rural para viver no meio urbano.

Outro dado importante que analisaremos abaixo é os responsáveis pelas famílias. Vivemos numa sociedade machista, no entanto, a maioria das famílias que foram pesquisadas não houve uma grande distinção entre homens e mulheres como chefe de famílias, sendo que as mulheres estão dominando o sustento das famílias.

A família brasileira vem sofrendo mudanças significativas decorrente do processo de modernização, podendo identificar um aumento significativo das famílias monoparentais com predominância das mulheres como chefes da casa, constatado no gráfico abaixo.

Gráfico 3:



Apesar de haver predomínio das famílias nucleares (mãe, filho e pai), embora esse tipo de organização familiar registre uma queda conforme Miotto, “Em 1981, 81% das famílias eram nucleares; em 1989 essa porcentagem caiu para 79,5%), as famílias nucleares ainda são predominantes ao contexto brasileiro” (MIOTO, 1997), podemos detectar no gráfico que 59% das famílias são chefiadas por homens e mulheres.

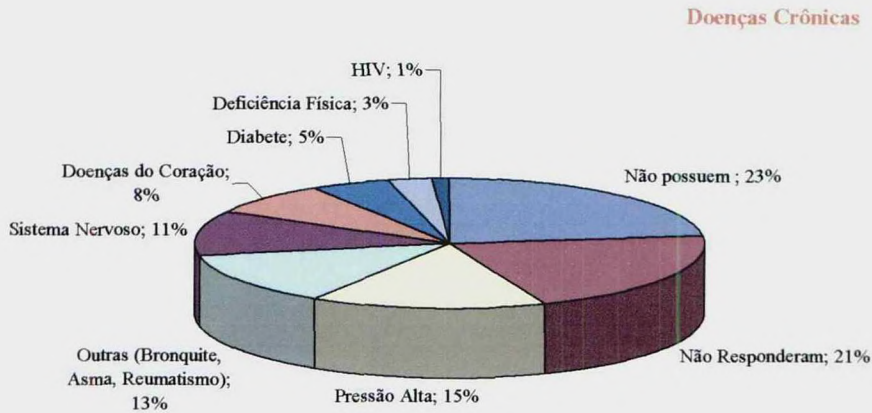
Em contraponto, a grande maioria das famílias analisadas se aproximam do modelo de família burguesa contemporânea, nitidamente estabelecida no início do século XIX, isso devido as seguintes características:

- Ingresso da mulher no mercado de trabalho;
- Mulher com dupla jornada (além de trabalhar fora, realizar os afazeres domésticos);
- Presença da televisão;

Outra característica do modelo de família burguesa é a preocupação dos pais com as amizades, aspecto não contemplado na pesquisa.

Em relação à situação de saúde das famílias, verificou-se o seguinte gráfico:

Gráfico 4:



Analisando essa situação, identificamos que um grande percentual de pessoas não respondeu a essa questão, apenas 1% informou que possui o vírus HIV. Isso pode ocorrer por diversos fatores, sendo o principal deles a falta de acesso à saúde, apesar de ser não contributiva e universal.

Para termos uma noção de infectados no país, obtemos os seguintes dados conforme consulta ao *site* (www.aids.gov.br):

No Brasil, já foram notificados cerca de 371 mil casos de AIDS. Este número representa as notificações feitas desde a identificação do primeiro caso em 1980 até junho de 2005. A taxa de incidência foi crescente até a metade da década de 90, alcançando em 1998, cerca de 17 casos de AIDS por 1000 habitantes (www.aids.gov.br).

Do total de casos, mais de 80% concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Na região sul houve um aumento das taxas de incidência até 2003, apresentando queda das taxas em 2004.

Ainda conforme o referido *site* informa, em 2004 uma pesquisa de abrangência nacional estimou que, no Brasil, cerca de 593 mil pessoas entre 15 a 49 anos de idade, viviam com HIV e AIDS (0,61%). Deste número, cerca de 204 mil são mulheres (0,42%) e 389 mil são homens (0,80%).

Hoje temos um grande número de pessoas que não sabem que possuem o vírus e isso é preocupante devido a grandes riscos de novas infecções.

Analisaremos agora um dos principais dados que é utilizado para recebimento de auxílios: a renda mensal, a renda por pessoa e o valor das cestas básicas. Na época o salário mínimo era R\$260,00 em 2004.

Gráfico 5:

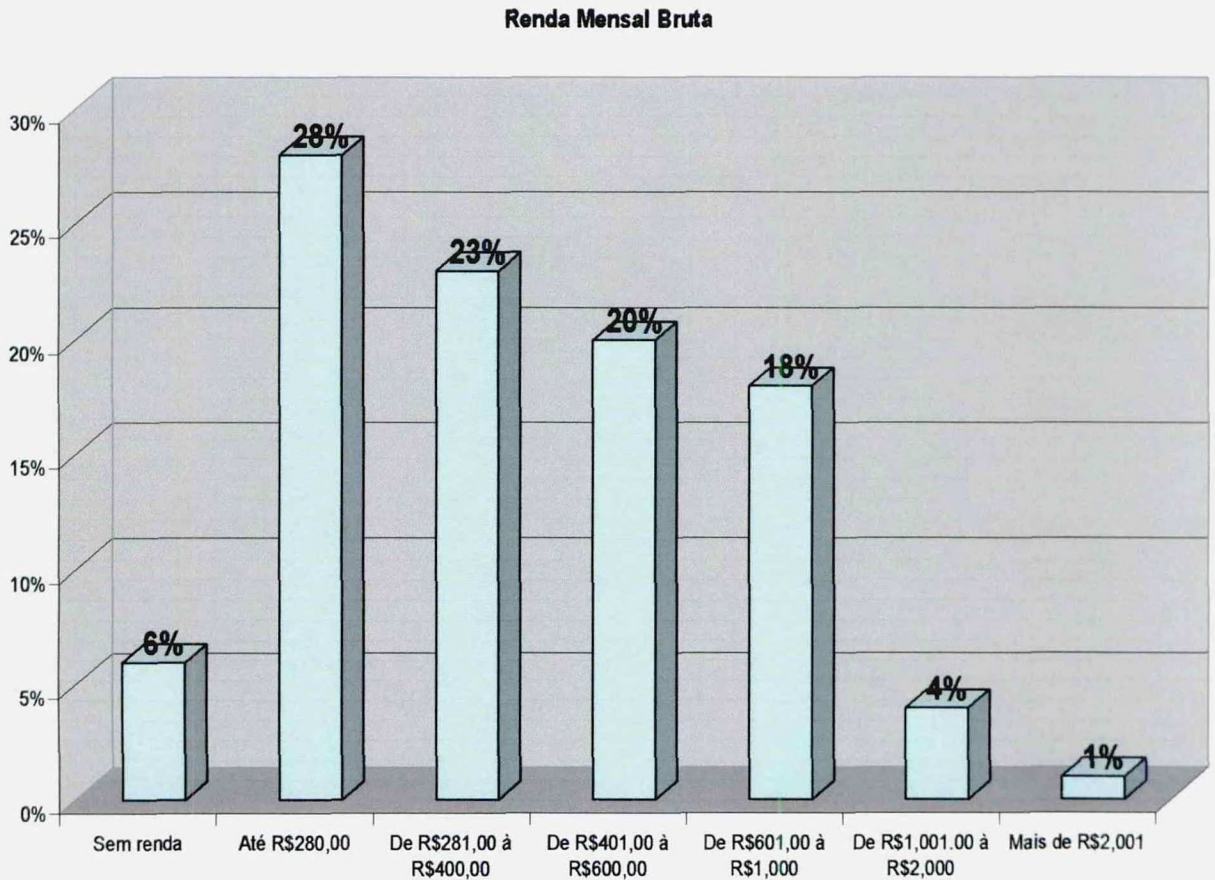
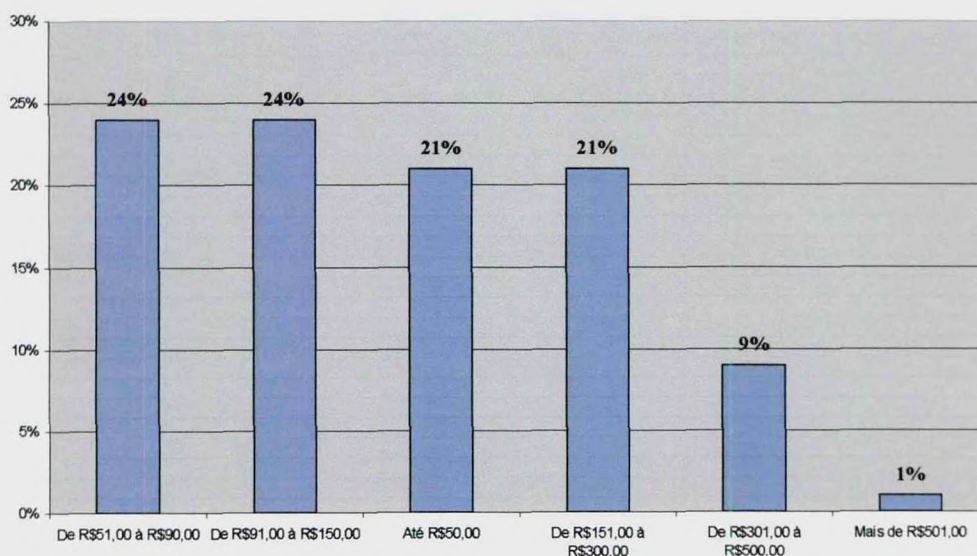


Gráfico 6:

Renda Mensal por Pessoa



De acordo com as rendas acima podemos concluir que a renda familiar que se apresenta é uma renda insuficiente para a sobrevivência, levando em conta que a pesquisa que foi realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), referente aos meses de junho de 2005 e junho de 2006 sobre o valor da cesta básica, como podemos analisar no quadro abaixo:

Tabela 7:

Produtos	Quantidades	Gasto Mensal (R\$)		Variação anual %
		Junho de 2005	Junho de 2006	
Carne	6,6 kg	53,53	55,18	3,08
Leite	7,5 l	8,78	8,55	-2,62
Feijão	4,5 kg	12,69	10,94	-13,79
Arroz	3 kg	3,69	3,30	-10,57
Farinha	1,5 kg	2,43	2,57	5,76
Batata	6 kg	8,76	6,84	-21,92
Tomate	9 kg	19,44	11,16	-42,59
Pão	6 kg	25,50	26,04	2,12
Café	600 g	4,80	5,61	16,87
Banana	7,5 dz	10,20	11,18	9,61
Açúcar	3 kg	3,63	5,73	57,85
Óleo	1080 ml	2,45	2,28	-6,94
Manteiga	750 g	9,95	9,64	-3,12
Total da Cesta		165,85	159,02	-4,12

Fonte: DIEESE

Podemos concluir, desta forma, que as famílias possuíam, no período pesquisado, renda de até R\$280,00 e, portanto, não tinham condições de se manterem, já que uma cesta

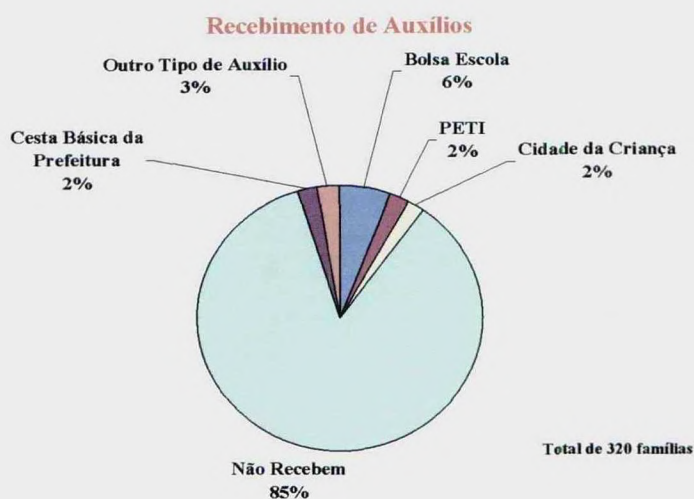
básica consome, aproximadamente, 50% da sua renda sem incluir outros gastos essenciais como água, luz e gás.

Traçando um parâmetro com as famílias que recebem o auxílio, identificamos que são mínimas, pois vivemos num país capitalista e enquanto vivermos neste tipo de sociedade sempre terá essa desigualdade social gritante. Nesse contexto, identificamos que o programa é voltado aos miseráveis, visto que possuem características de programas minimalistas, ou seja, são estabelecidos para patamares de risco. Reportando-se a Sposati, quando cita que “Insistir em direitos sociais no Brasil, este país de um ‘Estado Mínimo histórico’ é sem dúvida, vestir a capa de utópico no pior sentido do termo. A política social e a pobreza são tomadas como irmãs siamesas” (SPOSATI, 1997, p.11).

Essas afirmações podem ser visualizadas no gráfico abaixo que demonstra o percentual de moradores dos bairros Parque Esperança e Jardim Solimar atendidos por programas/recursos específicos.

Conseqüentemente, as políticas sociais são transformadas em ações com caráter circunstancial e precário, pois são dirigidas aos que menos têm.

Gráfico 7:



Por fim, analisando o gráfico acima constatamos que um pequeno percentual é beneficiado com o recebimento de auxílios, totalizando 15%. Em contrapartida 34% não possuem renda ou vivem com até R\$280,00. Isso significa que os programas assistenciais que

existem atendem uma insignificante parcela da população que vive em condições precárias e até mesmo de subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso abordaremos o Programa Fome Zero de São José – SC no contexto da assessoria realizada pela organização na qual realizamos o estágio curricular obrigatório Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, vinculado do Departamento de Serviço Social - DSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O Estágio compreendeu o período de março a julho de 2004, este trabalho foi de suma importância, vivemos uma realidade diferente da minha, e porque não da maioria dos universitários ou população classe média/alta?

Hoje uma grande parcela da população diz que não conhece a realidade brasileira, então questionamos será que essas pessoas estão vivendo numa redoma de vidro? Pois não acreditamos que todos desconhecem que vivemos num mundo cheio de desigualdades sociais, e que tem pessoas passando por diversas necessidades sejam elas: fome, condições financeira, falta de estudo... Enfim, a realidade que presenciamos é realmente grandiosa: comunidades buscando formas de ajudar se entre si, sendo que a maioria que ajuda não é classe média, são pessoas que também passam por dificuldades financeiras, familiares...

Podemos citar um exemplo de como as pessoas não conhecem a realidade quando surgiu às filmagens ou o livro Falcão os meninos do tráfico, houve uma grande repercussão, questionamos se essas pessoas nunca “viram” meninos roubando, se drogando, pedindo esmolas seja elas para matar a fome, ou para comprar drogas?

Fazer o estágio no Programa Fome Zero em São José foi engrandecedor, pois quando fazíamos o mapeamento, muitas pessoas que ajudaram a pesquisar eram da própria comunidade e organizavam o local para nos recepcionar seja com café da manhã, almoço, café da tarde, eram comunidades acolhedoras bem como todos os organizadores/integrantes do Programa.

Demoramos muito tempo para fazer o TCC, repassar a experiência no qual vivenciamos, o que não quer dizer que os conhecimentos acumulados tenham sido de menor importância.

Pensamos que é muito importante que todos os profissionais da área do Serviço Social conheçam a realidade dos bairros mais empobrecidos, periféricos, para maior sensibilização e conseqüente aproximação a realidade dos usuários da assistência social.

No estágio tivemos a oportunidades de conhecer e acompanhar, a criação da cooperativa de geração de trabalho e renda, mulheres entusiasmadas com a chance de

“melhorar de vida”, para os jovens cursos de computação que hoje é essencial para inserção no mercado de trabalho, jovens que não teriam condições de pagar.

O trabalho que foi desenvolvido foi de grande importância tanto acadêmica como pessoal, pois se aprende muito com a realidade, com as dificuldades percebendo que essas pessoas apesar das dificuldades não desistem, lutam insistentemente por uma vida melhor. Não se resignam a própria sorte.

Com a experiência sistematizada do Programa Fome Zero em São José chegamos a duas aproximações conclusivas que:

1. Não podemos deixar de reconhecer a importância do programa já que existem pessoas que recebem recursos apesar de ser um mínimo, pois os “benefícios” que eles estão recebendo são de alguma forma importante para a sua subsistência;
2. Contraponto a isso não podemos esquecer que esse programa tem características minimalistas, pois se restringe ao atendimento de famílias que vivem na linha da pobreza, ou seja, com uma renda mensal de até R\$90,00 per capita. Essa renda é insuficiente para a sobrevivência, razão pela qual fica aqui a crítica a essas políticas pontuais que atendem um percentual tão pequeno da população, dentre os miseráveis. Será que já se parou pra pensar que nós também podemos ser alvo de políticas sociais? Já que vivemos numa sociedade capitalista, não temos garantia de empregos estáveis a não ser quem trabalha em órgãos públicos, podemos passar por crises financeiras ficando desempregado, e temos que sustentar a família, como o faremos?

Sabemos que as políticas públicas atendem um pequeno patamar da população, e ele deveria ser amplo atendendo ao menos a população mais desfavorecida, analisando o levantamento sócio-econômico realizado 57% da população em 2004 não chega a receber nem dois salários mínimos visto que na época era R\$260,00. Dentre desse contingente somente 45% foi beneficiado, no entanto vivem em condição de subsistência.

Deixamos aqui a sugestão para em trabalhos futuros, verificar como estão vivendo essas famílias que foram beneficiadas, qual a importância desse programa, ou seja, realizar uma avaliação do impacto do programa na vida dos usuários.

Para finalizar, o que podemos fazer para viver num mundo melhor, sem tantas desigualdades, já que as políticas sociais estão voltadas somente para uma camada da população, ainda assim sem atende-las em sua plenitude?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MACHADO, Simone Matos. **Pró-Reitoria de Cultura e Extensão – PRCE: O Serviço Social aplicado ao Programa Fome Zero no município de São José/SC.** 2003
- MARX, Karl. **O capital.** Editora: Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1994-nv.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social: Contribuições para o debate.** Serviço Social e Sociedade n° 55, São Paulo: Cortez: 1997.
- RAICHELES, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez Editora, 1998, p.121.
- RONCONI, Luciana. **Anotações da disciplina Planejamento em Serviço Social,** ministrada no no 2º semestre do ano 2003, no departamento de Serviço Social, no Centro Sócio-Econômico, na Universidade Federal de Santa Catarina.
- RUFINO, Silvana. **Anotações da disciplina Assistência Social,** ministrada no 2º semestre do ano 2003, no departamento de Serviço Social, no Centro Sócio-Econômico, na Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA e Silva, Maria Ozanira da. YASBECK, Maria Carmelita e GIOVANNI, Geraldo di. **A política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** Editora: Cortez, 2004.
- SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania.** Revista Serviço Social e Sociedade n° 55, São Paulo: Cortez: 1997.
- VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e Política Social: Política Econômica e Política Social,** Editora: Cortez, São Paulo: 2004 p.140 e p.141
- YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 1996, p.23, p.36 e p.63
- DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** Disponível em < <http://www.dieese.org.br>> Acesso em 01 jun 2006.
- GOVERNO Federal.** Disponível em <<http://www.aids.gov.br>> Acesso em 26 jul 2006.
- ONG Moradia e Cidadania.** Disponível em < <http://www.moradiaecidadania.org.br>> Acesso em 19 jul 2006.
- SECRETARIA do Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.** Disponível em <<http://sst.sc.gov.br>> Acesso em: 25 jul 2006

ANEXOS

ANEXOS A



BOLETIM INFORMATIVO DO COPO - SÃO JOSÉ

CONSELHO OPERATIVO DO PROGRAMA FOME ZERO DE SÃO JOSÉ - ANO 1 janeiro / fevereiro 2004

Informativo de responsabilidade do Comitê de Divulgação e Publicidade

CRIADO O COPO - SÃO JOSÉ

Reunidos no Salão Paroquial da igreja São Miguel, no bairro Areias - Loteamento Dona Adélia, no dia 03.05.2003; 13 (treze) associações deram início a criação do Conselho Operacional do Programa Fome Zero em São José. Esse programa que visa contribuir para a melhoria nas condições de vida das populações mais carentes do nosso município, teve em sua primeira reunião a participação das seguintes entidades: Ação Social São Francisco de Assis (Marli Boeing), Associação Jardim Pinheiros (Margarita Massironi Pintos), Associação de Moradores de Campinas (Luiz Gonzaga Silveira), Associação Comunitária de Moradores do Goiabal (Nádia Nelma B. Tasca), Associação de Moradores "Amigos da Serraria" (Sandra H. Z. Maroso), Associação de Moradores "Cruz e Souza" - Loteamento Dona Adélia (Ana Maria Frandaloso), Associação de Moradores de Barreiros/Sede (Luiz Lorenzetti), Associação de Moradores de Picadas do Sul (Maria Solange Huntemann), Associação de Moradores do Bairro Ipiranga (Mário Sérgio Silva Santos), Associação de Moradores Vila Santa Rita (Francisco Silvy), Centro Comunitário de Forquilha (Izoni Fátima da Silva), Orionópolis Catarinense (Silmara de Sá Aniceto) e São José Operário - Jardim Suvec (Roseli da Rosa). O Programa Fome Zero em São José que tem suas bases no programa do governo federal, terá como objetivo a participação na Política Nacional de Segurança Alimentar, ou seja para resolvermos a fome no Brasil, é necessário:

- Associar o objetivo do programa às estratégias de desenvolvimento econômico e social que garantam o equilíbrio e a inclusão social;
- Adoção de políticas para atender as famílias necessitadas que diariamente sofrem com a fome e com a pobreza.

Para coordenação do Programa Fome Zero em São José, por voto da maioria foi eleito o representante da Associação de Barreiros - Luiz Lorenzetti.

CONFIRMADA ASSESSORIA AO PROGRAMA FOME ZERO

Em sua justificativa para o Projeto de Extensão de apoio ao Programa que está sendo desenvolvido em São José a Assistente Social - Simone Matos Machado da UFSC, nos informou que "o município de São José/SC, segundo pesquisa do Instituto CEPA, possui 173.559 habitantes, sendo que 35.891 são pessoas pobres, portanto 20% da população.

O Programa Fome Zero do município de São José, através de dados do Instituto CEPA aponta um total de 3.487 famílias em situação de exclusão sócio econômica, no município.

A atuação da Assistente Social, representando o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Social - NESSOP terá como foco o emprego de metodologia de mobilização social e definição de critérios de inclusão para o mapeamento da fome no município.

Atender essas demandas em parceria com o COPO - São José, justificam as ações de extensão da universidade junto à comunidade.

PARCERIA DE SUCESSO (VESTIBULAR FOME ZERO)

Com a arrecadação de mais de 08 (oito) toneladas de alimentos não perecíveis, a parceria com a Estácio de Sá (Universidade), permitiu que os candidatos pagassem com produtos não perecíveis a inscrição ao vestibular 2004. Os produtos arrecadados pela Estácio de Sá, foram armazenados pelo Comitê do Banco de Alimentos na CONAB e, posteriormente transformados em cestas básicas que foram entregues às comunidades mais carentes da nossa região. Para garantir que novas comunidades sejam atendidas pelo programa Fome Zero outras entidades poderão estabelecer parcerias com o COPO - São José.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVA CRIAÇÃO DO CONSEA

Por unanimidade a Câmara Municipal de São José aprovou em 30.12.03, o Projeto de Lei nº 4107/2003, que cria o Consea - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São José. Esse projeto, vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito e em parceria com a sociedade civil, deverá garantir a implementação de políticas e ações

que configurem o direito humano à alimentação e à segurança alimentar nutricional do cidadão do nosso município.

O Consea que será um órgão colegiado será composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes. Sendo 06 seis representantes governamentais e 12 de organizações não governamentais.

COOPERATIVA DE CORTE E COSTURA

Denominada SONHARTE, o programa Fome Zero está implementando uma cooperativa de corte, costura e artesanato no salão paroquial da igreja São Miguel no Loteamento Dona Adélia. Esse projeto que tem como objetivo a

geração de trabalho e renda nas comunidades excluídas está sob coordenação da Sra. Ana Maria Frandaloso e do Professor da UFSC - Norberto Sühnel. A cooperativa deverá gerar, inicialmente 27 empregos.

PROGRAMA FOME ZERO ENTREGA CESTAS BÁSICAS

No dia 21 de dezembro, o COPO - Conselho Operativo do Programa Fome Zero de São José realizou a entrega de 218 (duzentas e dezoito) cestas básicas às famílias de renda per capita inferior a \$ 1 dólar, ou seja R\$ 90,00 (noventa reais) mensais, às comunidades mapeadas do Parque Esperança e Jardim Solimar. A alimentação fornecida faz parte do estoque arrecadado nas inscrições do vestibular "Fome Zero" da parceria com a Faculdade Estácio de Sá.

APROVADO PLANO DE TRABALHO 2004

Com a participação de 15 entidades representativas da comunidade josefense, o COPO - Conselho Operativo do Programa Fome Zero de São José, esteve reunido no sábado (07.02) na Escola Básica Professor Laércio Caldeira de Andrada, para elaboração e aprovação do plano de trabalho a ser operacionalizado em 2004. O convidado especial para auxiliar na elaboração do plano foi o Assessor da Assembléia Legislativa - Derci Pascalotto, que de forma didática permitiu que todos os presentes participassem da construção desse projeto que será o balizador das atividades do Programa Fome Zero do município de São José.

O Derci em sua apresentação nos falou que "o planejamento é uma construção coletiva", por isso os objetivos (o que fazer), estratégia (como, quando e quem deve fazer), metodologia e prazo do planejamento de trabalho do COPO - São José, seriam feitos pelas comunidades ali representadas que na condição de atores poderiam responder todas as questões que seriam levantadas durante a construção do planejamento. Ao final dos trabalhos que se desenvolveu por toda tarde de sábado, as comunidades saíram gratificadas pelo aprendizado, troca de experiências e pelas estratégias que serão aplicadas em 2004 para minorarmos as dificuldades das comunidades mais carentes do nosso município.

Adquira camisetas ao preço de R\$ 5,00 (cinco reais) e adesivos para automóvel ao preço de R\$ 1 (um real) do Programa Fome Zero - Procure com Valdejô ou Setubal

ANEXOS B



PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO COMITÊ OPERATIVO DO PROGRAMA FOME ZERO DE SÃO JOSÉ

2004

LOCAL: EEB PROF. LAÉRCIO CALDEIRA DE ANDRADA

DATA: 7 DE FEVEREIRO DE 2004

HORÁRIO: Das 13h30' às 19h30'

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO COMITÊ OPERATIVO DO PROGRAMA FOME ZERO (COPO) DE SÃO JOSÉ / 2004

COORDENAÇÃO: Derci Pasqualotto

PARTICIPANTES : Luiz Lorenzetti, Francisco, Sr. José (Parque Esperança), Sr. Pedro Hercílio (Jardim Dona Adélia), Laerte Setúbal, Samuel K. Parrella (AMAKobrasol), Ana Maria B. Frandaloso (Jardim Dona Adélia); Irmã Gorete (Forquilhas), Irmã Rosa (Forquilhas), Ivonilda Xavier, Simone Machado (UFSC), Fabiani Witt (UFSC), Antônio Vieira (José Nitro/Boa Vista), Doraci Vasconcelos de Jesus (Forquilhas), Padre Círio.

ATORES DO PLANEJAMENTO	OBJETIVOS DO COPO	ESTRATÉGIA/METODOLOGIA
Membros e coordenação do COPO de São José	1. <ul style="list-style-type: none">• Geração de trabalho e renda• Buscar soluções para o problema da Fome no Município• Articular ações locais com outras esferas (estadual e federal)• Educação e politização	<ul style="list-style-type: none">• Resgate da Cidadania• Auto sustentação• Melhoria da qualidade de vida• Conscientização• Segurança e Soberania Alimentar

AÇÕES	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Participar da instalação do CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar do Município)	1.1 Eleger os seis ("6) membros para compor a comissão organizadora do Fórum de Segurança Alimentar do Município, de acordo com a lei de criação do CONSEA/São José. 1.2 Formar a comissão organizadora do Fórum de Segurança Alimentar de São José	10 de fevereiro Até 30 de abril	Luiz e Ana
2. Fazer o mapeamento da Fome e mobilizar as comunidades empobrecidas do Município	2.1 Formalizar convênio (parceria) com a Universidade Federal de SC 2.2 Formalizar bolsas com Eletrosul 2.3 Reunião com representantes/lideranças de Forquilhas para definir mapeamento. 2.4 Fazer duas reuniões (norte e sul) no Município com representantes comunitários das áreas a serem mapeadas 2.5 Fazer nove reuniões (uma em cada área a ser pesquisada) para formar comissão local, selecionar pesquisadores de campo, formar comissão de infra-estrutura, treinar os pesquisadores) 2.6 Executar a coleta de dados. 2.7 Processar e devolver os dados da pesquisa das nove áreas . 2.8 Análise da pesquisa, resultados, possibilidades e indicativos de ações para o COPO	Até 20 de fevereiro Até 15 de março Até 15 de março Norte: 2 de fevereiro Sul: 5 de março Até 30 de abril Até 31 de outubro Até 31 de outubro Até 31 de dezembro	Luiz e Ana Luiz UFSC/ COPO/Doraci UFSC/ Luiz e Samue Luiz, UFSC, Samuel e Ivone (treinamento) UFSC/Samuel/Luiz UFSC UFSC
3. Instalar cooperativas no Município (Geração de trabalho	3.1 Implantar cooperativa de costura e artesanato no Jardim Dona Adélia	Até 31 de março Até 30 de agosto	Ana Maria Sr. José e D.

	Esperança (a discutir)	2004	Luiz
	3.3 Após pesquisa avaliar outras possibilidades – Parque Esperança		
AÇÕES	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEL
Instalar cooperativas no Município (Geração de trabalho e renda)	3.4 Organizar atividades informativas e de debates sobre cooperativismo e empreendimentos produtivos (troca de experiências)	2004	Luiz, Ana, UFSC e Ivone
	3.5 Organizar horta comunitária e outras frentes de trabalho – Boa Vista.	Até 30 de abril	Antônio e Pedro
	3.6 Horta comunitária do Parque Esperança e Jardim Solimar	Até 30 de agosto	Antônio José e Petronilha
4. Estabelecer parcerias com empresas públicas e privadas	4.1 Buscar parcerias com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BESC, Gerência Regional do Ministério do Desenvolvimento Social, CONAB, Ministério do Trabalho/CODEFAT/SINE, Governo do Estado, Prefeitura, SESC, SENAI, SESI, ONG's, Empresas e Universidades (públicas e privadas)	Imediato	Luiz, Setúbal e Francisco
5. Formas de arrecadar alimentos	5.1 Estabelecer parcerias com a Faculdade Estácio de Sá, Colégio Dom Bosco, Colégio Lavoisier, Escola Elisa Andreoli, Banco do Brasil, UNIVALI, BESC, Caixa Econômica Federal, UNISUL, Clube Maré Alta	2004	Setúbal, Valdijó e Coordenação
6. Fazer divulgação das atividades do COPO	6.1 Fazer boletim informativo		
	6.2 Release para jornais, TV e rádio		
	6.3 Participação em eventos		

	6.4 Passar informações aos parceiros 6.5 Apresentar experiência em seminário na UFSC 6.6 Entrega do certificado de "parceiro Fome Zero" 6.7 Criar site Fome Zero	Imediato	Coordenação do COPO
AÇÕES	ATIVIDADES	PRAZO	RESPONSÁVEL
7. Criar infra-estrutura para o COPO	7.1 Negociar com a Prefeitura de São José sede, equipamento e material	Até final de abril	Coordenação do COPO
8. Fundos para o COPO	8.1 A definir após negociação com a prefeitura		

ANEXOS C



CONVITE

Comissão Organizadora convida a SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ou seja, ONGs, Igrejas, Sindicatos, Associações de Moradores e população em geral para participar do FORUM DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOSÉ SC.

nesse evento serão eleitos os 12 (doze) membros efetivos e suplentes do CONSEA – CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOSÉ SC, conforme Lei Municipal 202/2003, aprovada em 30/12/03 e sancionada pelo prefeito municipal em 15/01/04.

O CONSEA MUNICIPAL promoverá a “segurança alimentar e nutricional e a garantia do direito de todos ao acesso de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente”.

Com o fim de que o município possa implantar uma política de segurança alimentar e nutricional será importante a **PARTICIPAÇÃO DE TODOS**, para que as regiões excluídas de São José possam sofrer uma transformação definitiva, uma sociedade mais digna e mais justa.

DATA: 24 /04/ 2004 (SÁBADO)

LOCAL: AUDITÓRIO DA ESCOLA MARIA LUIZA DE MELLO

ENDEREÇO: RUA JOSÉ FIRMINIO NOVAES, S/N - KOBRASOL

HORÁRIO: DAS 13:30 ÀS 19:00 HORAS

PROGRAMAÇÃO:

- | | |
|-------------|--|
| 13:30 horas | - Recepção e Inscrição |
| 14:15 horas | - Abertura |
| 14:30 horas | - Palestra: “Ações da Prefeitura de S. José SC no Combate à Fome” |
| 14:50 horas | - Palestra: “Ações do Cons. Oper. do Programa Fome Zero em SJ” |
| 15:05 horas | - Palestra: “A Política de Segurança Alimentar no Brasil(Consea) e o Programa Fome Zero”. |
| 15:25 horas | - Palestra: “A Participação Popular nos Cons. de Política Pública” |
| 15:45 horas | - Orientações para o Processo Eleitoral |
| 16:00 horas | - Intervalo |
| 16:15 horas | - Debate |
| 16:45 horas | - Apresentação verbal das Entidades dos candidatas às 12 vagas do Conselho Municipal Segurança Alimentar e ELEIÇÃO dos seus membros” |
| 17:15 horas | - Escolha das 12 entidades que irão compor o CONSEA |
| 18:00 horas | - Encerramento |

COMISSÃO ORGANIZADORA

ANEXOS D



REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES PARA O CONSEA DE SÃO JOSÉ

A Comissão Organizadora do II Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, compreendendo representantes da sociedade civil (integrantes do COPO) e do poder público municipal, abaixo nomeados, aprovaram o regulamento das Eleições para a escolha dos membros do CONSEA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOSÉ.

- a) O CONSEA é um órgão colegiado composto por 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 06 (seis) representantes governamentais (um terço) e 12 (doze) representantes de organizações não governamentais (dois terços).
- b) Os representantes do poder público com os seus respectivos suplentes, serão indicados posteriormente pelo Prefeito Municipal. Esses indicados deverão representar as seguintes Secretarias: Saúde, Educação e Cultura, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Administração e Finanças, Esporte e Juventude.
- c)
 - 2 - Eleições para a escolha dos representantes da sociedade civil serão realizadas, no dia 24.04.04.
 - 3 – São elegíveis todas as entidades representantes da sociedade civil, legalmente constituídas estabelecidas no município de São José/SC.
 - 4 – Eleitor é toda entidade representativa da sociedade civil, legalmente constituída e estabelecida no município de São José/SC.
 - 5 - Somente um representante da entidade poderá votar para escolher os membros do CONSEA.
 - 6 – As entidades interessadas em fazer parte do CONSEA de São José, deverão dirigir-se à mesa dos trabalhos, no momento em que forem chamadas.
 6. 1 – A entidade deverá fazer a sua apresentação oral, logo após o encerramento dos debates. Na apresentação o representante deverá informar o seu nome, a entidade que representa e quantas pessoas vivem nessa comunidade e quais são as ações sociais desenvolvidas em sua comunidade.
 6. 2 – Essas apresentações não deverão durar mais que 03 (três) minutos.
 - 7 – O voto é sigiloso.
 - 8 – A cédula de votação é próprio crachá, que possui no verso um espaço para o eleitor votar em 12 (doze) entidades, inclusive na sua própria entidade se assim desejar. O eleitor poderá votar escrevendo o nome da entidade ou apenas o número, conforme relação exposta no local de votação.
 - 9 – As entidades/candidatas poderão acompanhar a apuração.
 - 10 – Serão consideradas eleitas as 12 (doze) entidades mais votadas.
 - 11 – Os recursos para impugnação de qualquer entidade eleita deverá ser feita por escrito junto a Comissão Organizadora do II Fórum do Consea, no dia 27.04.04 na Faculdade Estácio (Av: Lenberto Leal – Barreiros) no horário compreendido entre 20:00 e 22:00 horas.

MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO II FÓRUM DO CONSEA

Luiz Lorenzetti, Coordenador do COPO – Conselho Operativo do Programa Fome Zero de São José e os seguintes membros: Agostinho Pauli, Valdijô Medeiros, Ivonilda Maria Xavier Silva, Irmã Marilza Vicente, Samuel K. Parrela e Alexandra M. K. Moura da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José.

ANEXOS E



COPO – Comitê Operacional do Programa Fome Zero – São José/SC
Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/UFSC
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CRUZ E SOUZA/DONA ADÉLIA– SÃO JOSÉ

ENDEREÇO :

APELIDO

FONE:

1.1 NOME COMPLETO	1.2 Idade	1.3 Grau de Estudo	1.4 Ocupação Atual	1.5 Carteira assinada S/N	1.6 Curso que já fez	1.7 Atividade produtiva desejada	1.8 Doc. que precisa fazer
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							
8.							
9.							
10.							
11.							
12.							
13.							
14.							
15.							
16.							

LEGENDA: 1.3 Estudo

- 1. Analfabeto
- 2. 1ª à 4ª série
- 3. 5ª à 8ª série
- 4. 1º ao 3º ano do 2º grau
- 5. Faculdade incompleta
- 6. Faculdade completa
- 7. Criança sem idade escolar
- 8. Criança em idade escolar fora da escola
- 9. Deficiente Mental

1.8 Documentos: 1. CARTEIRA DE IDENTIDADE ou RG

- 2. CPF
- 3. CARTEIRA DE TRABALHO
- 4. CERTIDÃO DE NASCIMENTO
- 5. TÍTULO DE ELEITOR
- 6. OUTRO _____

Pesquisador _____

2.1 ORIGEM DA FAMÍLIA	Município _____ Estado _____	3.1 TIPO	(1) MADEIRA (2) ALVENARIA (3) MISTA (4) OUTRO
2.2 TEMPO DE RESIDÊNCIA NA COMUNIDADE	(1) ATÉ 1 ANO (2) DE 1 A 5 ANOS (3) DE 5 A 10 ANOS (4) MAIS DE 10 ANOS	3.2 A CASA É	(1) ALUGADA - VALOR R\$ _____ (2) PRÓPRIA (3) CEDIDA
2.3 RESPONSÁVEIS PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA	(1) HOMEM E MULHER (2) SÓ MULHER (3) SÓ HOMEM (4) FILHO(S)	3.3 COMO ADQUIRIU A CASA?	(1) CONTRATO (2) HERANÇA (3) DOAÇÃO (4) OCUPAÇÃO
2.4 VÍCIO NA FAMÍLIA	(1). CIGARRO (2) .DROGAS (3) ÁLCOOL (4). NÃO	3.4 SERVIÇOS PÚBLICOS QUE A FAMÍLIA PAGA EM SEU NOME	(1) LUZ (2) ÁGUA (3) IPTU (4) TELEFONE
2.5 POSSUI DOENÇA CRÔNICA, QUAL?	(1) HIV (2) PRESSÃO ALTA (3) BRONQUITE/ASMA (4) SISTEMA NERVOSO (5) CARDÍACA /CORÇÃO (6) DEFICIÊNCIA FÍSICA (7) OUTRA, QUAL? (8) NÃO	3.5 DESTINO DO LIXO	(1) COLETA PÚBLICA (2) QUEIMA (3) LIXEIRA COMUNITÁRIA (4) OUTRO
2.6 LAZER DA FAMÍLIA		3.6 TRATAMENTO DO ESGOTO	(1) REDE PÚBLICA (2) FOSSA NEGRA/SEPTICA (3) CÉU ABERTO
2.7 RENDA FAMILIAR R\$		3.7 MEIO DE TRANSPORTE DA FAMÍLIA	(1) CARROÇA (2) CARRO (3) MOTO (4) BICICLETA (5) A PÉ (6) ÔNIBUS
2.8 PRINCIPAL PROBLEMA DO BAIRRO/COMUNIDADE		3.8 A CASA POSSUI BANHEIRO	(1) NÃO (2) SIM, DENTRO DA CASA (3) SIM, FORA DA CASA

Pesquisador _____